

Resistência à alfabetização
na UFPR

1995

Journal Iztu FPR

Resistência à alfabetização na UFRJ



“O Projeto de Alfabetização de Funcionários do SINTUF RJ vem se deparan-

do com a resistência de chefias, professores e funcionários, que não entendem bem a proposta e desestimulam o aluno”, relata a coordenadora do projeto Simone Araújo. Ela credita o problema

Em um país onde mais de 30 milhões de pessoas não sabem ler e escrever, existe na própria universidade quem discrimine e crie problemas para que funcionários possam romper a barreira do analfabetismo.

a uma resistência geral ao próprio analfabetismo: “As pessoas discriminam quem não é alfabetizado. É um problema sócio-cultural.”

Além da dificuldade de retomar o ritmo de estudo, os alunos do curso ainda têm que enfrentar comentários depreciativos dos colegas e até dificuldades para

liberação no horário das aulas. Já houve caso em que a chefia de determinado setor pediu para o aluno abandonar o curso: ou ele trabalhava ou estudava. Para estudar, um funcionário teve sua hora de almoço cortada. Outro recebia tarefas exatamente no horário das aulas. Um chefe chegou a ponto de ir buscar o funcionário na sala de aula.

“Essas condutas revelam total desconhecimento da importância do trabalho. As pessoas desconhecem a realidade do país. Essa não é uma tarefa da Universidade ou do Sindicato, mas de toda a sociedade.”

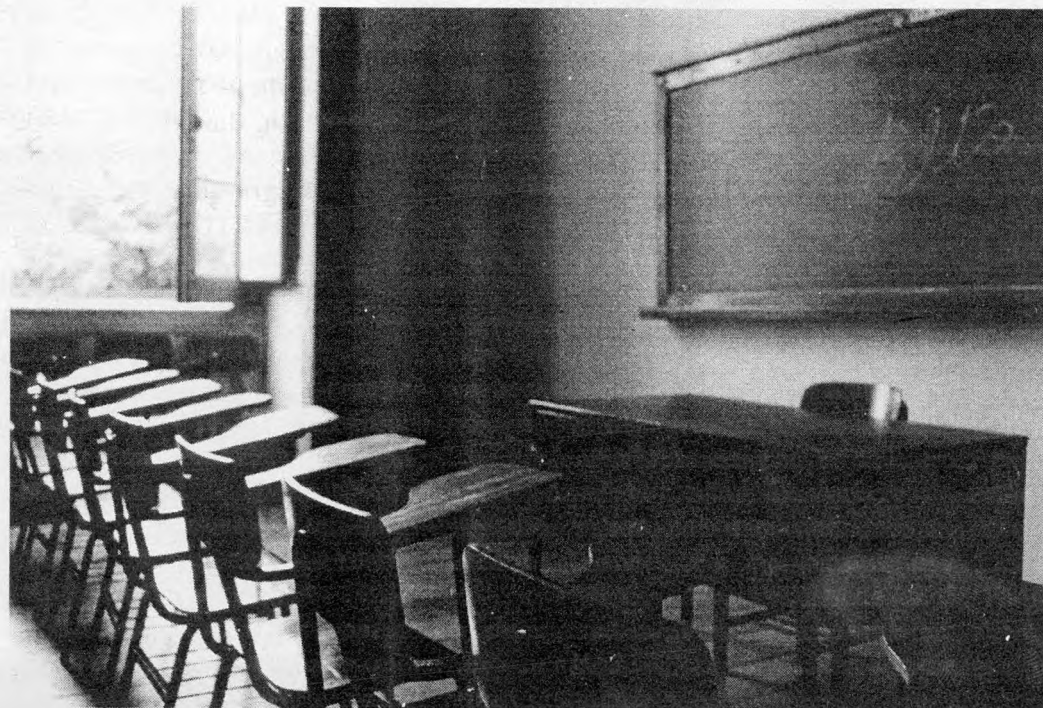
A professora argumenta que um especialista que busca fazer um curso para ampliar seu campo de conhecimento e, conseqüentemente, a qualidade do que produz, é valorizado. “Da mesma forma deviam valorizar a iniciativa de alguém que rompe com a barreira do analfabetismo. Não se pode privilegiar um

saber em detrimento de outro.”

Um projeto de democratização da sociedade

“Por que desenvolver um esforço em alfabetização num país com mais de 30 milhões de adultos não alfabetizados?”. Nesse contexto, a resposta parece óbvia: “para criar projeto de sociedade mais democrática, com pessoas mais participativas e com plena consciência da sua condição de cidadão. Ou seja, capazes de intervir e produzir história”, afirma a coordenadora.

A universidade tem em seu quadro um número significativo de pessoas analfabetas. Conviver com isso dentro de um ambiente de produção do saber é, no mínimo, uma situação incômoda. “Se ignorar o problema já é difícil de compreender, é inaceitável reprimir, dificultar ou criar obstáculos aos que querem desenvolver esse trabalho e aos que desejam estudar. É como se as pessoas quisessem ter o poder de decidir quem pode ou não ter acesso ao saber. Caminham na contramão da construção de uma sociedade mais democrática.”



Desmoralização e terrorismo

A partir do decreto 1.590/07/95, onde FHC e Bresser exigem que os funcionários públicos cumpram a carga horária de 40h, a decania do CCS resolveu abrir a discussão de como aquele centro vem garantindo o cumprimento da lei.

O decreto de Fernando Henrique longe de querer melhorar o funcionamento do serviço público visa, assim como Collor, desmoralizá-lo. A própria edição desse decreto já demonstra essa intenção. Todo servidor público é regido pelo regime jurídico único, que trata da jornada de trabalho (art.19), assim como os deveres (art.116), proibições (art.117) e responsabilidades (art.121) e suas respectivas penalidades pelo não cumprimento do dever (art.127). Essa "criação" do governo nada mais é que jogo de cena para a grande imprensa fartar-se as nossas custas, afirmando que funcionário público é vagabundo.

Se houvesse a real intenção de aumentar a qualidade do aten-

dimento no setor público, em vez de decretar carga horária, o governo estaria preocupado com a complementação orçamentária para que as universidades possam terminar o ano letivo, com as verbas do sistema único de saúde, com salários decentes e condições dignas para o melhor atendimento ao público. Se Fernando Henrique estivesse preocupado com qualidade e eficiência do serviço público, decretaria a aplicação rigorosa do RJU, valorizando os bons servidores e punindo os descomprometidos. Mas ele e seus assessores

não têm compromisso para isto. Nem nunca poderiam dar o exemplo.

A decania do CCS não deve se iludir. Não podemos cair nesta armadilha. Incorporar essa acusação somente beneficia a política de FHC. A discussão do melhor funcionamento da universidade, passa pelo pleno desenvolvimento do trabalho acadêmico, garatido

os pré-requisitos para tal. Inclusive é fato que os atuais serviços vem sendo garantidos as custas do compromisso de servidores que, há pelo menos cinco anos, vem sofrendo uma campanha permanente de desmoralização e terrorismo.

Infelizmente a Decania do CCS não tem a mesma preocupação em implementar leis que garantam por exemplo, plano de seguridade social do servidor público e sua família (art 183 do RJU), ou seja condições dignas de trabalho, e consequentemente um melhor funcionamento da

universidade.

Ao invés de querer o cumprimento de um decreto esdrúxulo, que não tem nenhum interesse de ver solucionados os problemas do serviço público, deveríamos discutir o que é necessário para para que a universidade possa funcionar para melhor alcançar seu objetivo fim. Defendendo, com coragem, nossas características e nossas especificidades. Além do mais, esse governo não pode ser considerado o paradigma da melhor gestão do aparelho público.

Não pretendemos apoiar ou aprovar a inadimplência ou o mal servidor, entretanto não nos iludimos com as reais intenções de FHC, ansioso em destruir um patrimônio que é de todo o povo brasileiro.



ATO CONTRA A REFORMA DE BRESSER / FHC

Dia 25 de outubro em Brasília com caravanas saindo de diversos estados